

## GEOGRAFIA: UMA HISTÓRIA TERRITORIAL

Em alguns países a renovação da Geografia, a partir dos anos 1960-70, ocorreu centrada no conceito de território. A renovação da Geografia no Brasil possibilita o destaque para o conceito de espaço geográfico, numa perspectiva materialista. Diante da carência de estudos, no nosso país, sobre as abordagens do conceito de território de maneira mais sistemática, aprofundada e renovada, alguns pesquisadores principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, começam nos anos 1980, a utilizar desta forma o conceito de território, a partir, principalmente, de autores como Jean Gottmann, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Claude Raffestin. No país, há necessidade de conhecer melhor como são elaboradas estas concepções renovadas de território, os principais desdobramentos desse processo, as perspectivas epistemológicas e os componentes utilizados nessas concepções. Para tanto, privilegiamos um autor brasileiro mais recente, que é um dos precursores da Geografia na Universidade de São Paulo (USP), o professor Antonio Carlos Robert Moraes.

A partir das obras do autor, estudamos as concepções de geografia, espaço e de território, por meio de fichamentos de obras selecionadas. Com base na orientação metodológica de Quaini (2003), consideramos os seguintes aspectos na análise das abordagens: a) o método utilizado; b) os principais elementos considerados; c) os temas de estudos; d) as principais referências bibliográficas; e) as dimensões sociais priorizadas e como são trabalhadas.

Abordando as visões de historiadores e geógrafos, nos campos da história e da geografia, respectivamente, Antonio C. R. Moraes percebe a dissociação existente entre os campos, quando há tentativa de relacioná-los: a) os historiadores vêem a “geografia como introdução da história”; b) os geógrafos, por sua vez, vêem a “geografia como história do presente”.

Na primeira visão, a geografia é compreendida como descrição da superfície, do “palco” (das ações humanas), a partir do qual os grupos humanos se desenvolvem. Na segunda visão, a geografia é posterior à história, sendo que a história não abarca as funcionalidades da análise geográfica. Para Moraes (2005): “o universo da história é muito mais amplo que o da geografia, sendo a geografia vista como produto da história”. (p. 22 e

23). Nesse sentido, o conhecimento e o discurso geográfico constituem elementos do *fluir* histórico: são seus elementos constituintes e auxiliam na sua compreensão. A própria geografia e o discurso dela emanado, têm história, legitimação e institucionalização.

Outro aspecto destacado pelo autor nessa que é uma de suas principais obras no que se refere às discussões renovadas sobre o conceito de território (*Território e história no Brasil*, 2005), além da relação tempo-espço, é a correlação existente entre o material e o simbólico. “A valoração simbólica do espaço é um momento de sua valorização material, sendo a apropriação e a produção do espaço processos guiados por interesses e valores materiais e simbólicos, cuja dialética cabe desvendar”. (Moraes, 2005, p.23). O autor indica uma abordagem híbrida de geografia, contemplando tanto os processos materiais como os subjetivos e simbólicos. Os símbolos, por exemplo, variam no tempo e no espaço, de acordo com as características de cada sociedade. A elaboração das idéias é produto de um raciocínio constituído no decorrer do tempo.

Ao longo de um percurso, na época moderna, surge o conhecimento científico. Por conta de suas particularidades, o discurso geográfico, enquanto ciência tem várias restrições, mas ainda assim há uma diversidade, pois o mesmo aflora em vários campos disciplinares: botânica, geologia, economia, política e na teoria do direito. No final do século XVIII, a partir de várias influências e inspirações, surge uma geografia científica (moderna) e uma particularidade desse campo do conhecimento é a organização de “escolas nacionais” de geografia, apresentando conceitos e teorias com denominações nacionais, como “geografia alemã”, “geografia francesa” etc. A Geografia humana surge então com rápido desenvolvimento, nos países onde a afirmação nacional dos estados ocorreu com maior dificuldade. No século XIX, por consequência de sua unificação tardia, a Alemanha tem papel central para a reflexão geográfica. Ao longo do século, nos países centrais, ainda de acordo com Moraes (2005), a geografia passa a ser uma das disciplinas básicas para o processo ideológico de legitimação do Estado, por meio do levantamento dos lugares mostrando caminhos, riquezas e obstáculos, enfim, as características principais de cada país. Características-elementos que poderiam ser apropriadas pelo Estado e/ou por empresas. A geografia faz um levantamento. Além disso, o conhecimento geográfico exerce influência sobre os órgãos gestores do Estado, pois trata de informações e interpretações sobre os lugares e os fluxos presentes no território, auxiliando em decisões e

estratégias: com isso, garante-se a presença na discussão geopolítica envolvendo-se na gestão pública. A demarcação de fronteiras é um exemplo das características dessa geografia do poder do Estado sobre determinado território. Assim a Geografia e suas teorias modernas tiveram papel fundamental nesse movimento de legitimação das nacionalidades, sendo um elemento chave na consolidação do sentimento de pátria, divulgando a idéia de identidade política por critérios espaciais. A Geografia se apropriou e sistematizou alguns conceitos e teorias que eram restritos aos aparelhos do Estado. Sendo assim, a mesma não criou e sim “pedagogizou” esses conceitos e teorias, lembrando que a forma geográfica de conceber a realidade foi muito eficaz, disseminando-se rapidamente no continente. Essa eficácia reside na correspondência entre as escalas de dominação estatal, que expressa a soberania e indivisibilidade do poder do Estado; e a “auto-identificação dos sujeitos individuais”, que os “qualifica numa comunidade de interesses, objetivados pelas próprias ações do Estado nacional”. (Moraes, 2005 p. 108). Assim as pessoas formam sua visão de mundo reificando a forma de dominação do Estado.

No Brasil, também há um processo de construção do pensamento geográfico, sendo que a condição periférica é marcante na história brasileira, influenciando as dimensões política, econômica e cultural da vida em sociedade. “Enfim, a cada onda modernizante no país corresponde à importação de novas teorias do centro pela intelectualidade mimética da periferia, que nesse processo realiza também o seu ajuste de mentalidade” (Moraes, 2005, p.32). Nesse contexto, começa a se formar, no século XIX, a geografia no Brasil, marcada pela falta de identidade disciplinar e com idéias européias da geografia moderna, fato que dificultou a delimitação da geografia e dos geógrafos brasileiros. O conhecimento geográfico não ocorre apenas em instituições geográficas, mas aparece também em várias áreas como nas escolas, faculdades de outros campos de conhecimento, órgãos e organismos referentes ao território.

A partir da década de 1930, o campo disciplinar é institucionalizado (com a criação de cursos universitários, IBGE, AGB, Conselho Nacional de Geografia) facilitando a delimitação das fontes para a história da geografia no Brasil, mas isto não restringe a essas instituições a formulação de ideologias geográficas.

Atualmente, para Moraes (2005), o temário da geografia humana corresponde à relação entre sociedade e espaço, numa visão histórica e dialética. Entende-se a geografia

humana como ciência social que tem como objeto de estudo o processo da apropriação do espaço natural e construção histórica de um espaço social por meio do trabalho humano. Esse processo se manifesta na realidade com qualificações específicas que diferenciam os fenômenos e situações. “A formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a da valorização do espaço” (Moraes, 2000 p. 15). Toda sociedade cria formas para se reproduzir, comandadas pelo grupo social que as constrói. Os movimentos das sociedades (ações e decisões) têm o caráter de processo social. O espaço produzido é herdado e determina o uso dos lugares pelos grupos sociais historicamente constituídos.

Assim, segundo Antonio C. R. Moraes, a história pode ser concebida como uma apropriação e transformação do espaço terrestre. O processo de *apropriação dos meios naturais* serve para que as sociedades sobrevivam e trabalhem; o da *transformação do meio natural* traz novas relações à sociedade, como ocorre através da prática agropecuária. Há também o processo de *reapropriação dos meios já transformados*, num movimento contínuo denominado de *produção do espaço*. Independente da distinção entre sociedade-natureza, “são todos processos entabulados por atores sociais e objetivados pelo trabalho, o que qualifica a todos como modalidades do processo social e histórico de valorização do espaço”. (Moraes, 2005 p.43).

Conforme o autor, a valorização do espaço, como um *processo histórico*, também se transforma historicamente, podendo ser apreendida como processo de formação de um território, o qual envolve a relação de uma sociedade com um determinado local, que através de mudanças e permanências vai se materializando e tomando as formas da sociedade que o domina. Para Moraes (2005), a constituição de um território é, a cada instante, resultado de possibilidades, “um modo parcial de ler a história” (p.45). A formação territorial ajusta-se para captar o movimento histórico, “busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares” (p.45). Construções e destruições fazem parte da constituição do território que passa a ser um processo cumulativo. “É a própria apropriação que qualifica uma porção da terra como território” (p.45). Tal conceito impossibilita algum retorno às concepções naturalistas e aponta uma visão histórico-crítica e social do objeto geográfico, enfocando diretamente a relação sociedade-espaço. Assim como outros processos sociais, a valorização do espaço também se transforma historicamente, tendo suas particularizações temporais e espaciais. As formas espaciais

impõem-se como imperativo neste processo, pela variedade dos quadros físicos da Terra. A esse espaço natural estão agregados o trabalho e as relações sociais próprias do modo de produção, transformando esse espaço e traçando suas características. “A valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território” (p.17). O mesmo envolve a relação da sociedade com seu espaço dentro da estrutura territorial. “O território é um espaço social, que não pode existir sem uma sociedade que o crie e qualifique, logo inexistente como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza” (Moraes, 2000 p. 18). Assim o território resulta da relação histórica entre um grupo com seu espaço, sendo que, é impossível pensá-lo sem considerar tais processos.

No estudo da valorização do espaço, defendido por Antonio Carlos Robert Moraes, estão agregados elementos da política. O discurso geopolítico aparece como basilar nos desígnios do Estado, monopolizador das ações básicas da formação do território. A constituição do território é um elemento definidor de particularidades e pode ser muito importante para análise da formação de um país, pois carrega valores econômicos e projetos solidificados na sociedade.

“Enfim, o desenvolvimento histórico se faz sobre e com o espaço terrestre”, e “toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa” (Moraes, 2005, p.47). Na unidade entre *valorização do espaço e formações territoriais* que, segundo o autor, são “dois níveis de abordagem de um mesmo processo”, há o “projeto de uma geografia interpretativa, social e histórica” (p.47).

Assim, Estado e território são conceitos entrelaçados, em que o Estado é dotado de um território. O Estado moderno possui um espaço delimitado para o exercício do poder, o qual pode estar sob seu controle ou de outras instituições. A modernidade fornece uma jurisdição para o exercício do poder, um Estado territorial. A política construída administrativamente pressupõe um domínio sobre a superfície, sobre o território numa perspectiva estatal. Talvez seja por isso que, segundo Moraes (2005), “a reflexão geográfica levou muito tempo para diferenciar a análise do território da análise da formação territorial” (p.51). A geografia teve dificuldades para teorizar acerca de processos e dinâmicas. Para o autor, somente no século XX, com a crítica ao positivismo, as teorias geográficas rompem com a visão coisificada do seu objeto e buscam abordagens

processuais. Então, o território é fruto do relacionamento entre sociedade e espaço num processo histórico. É necessário, desse modo, apreender as articulações dos processos sociais, sendo o território explicável pelo seu processo de formação. A geografia, assim, é uma história territorial.

A formação territorial é um processo cumulativo que articula as várias formas de organização social. A apropriação e dominação política de um espaço obedecem à lógica da sociedade vigente. “Neste sentido o território estatal nacional é uma forma histórica específica”.(p.54). A implantação do ideário e produção capitalista transforma drasticamente a organização do espaço e a própria sociedade diante dos modos de produções precedentes. A formação dos territórios estatal-nacionais emerge da centralização do poder, o qual objetiva as monarquias absolutistas na Europa. A partir desse absolutismo dá-se um movimento de afirmação das fronteiras na Europa e a posse dos territórios passa a ser garantida pelas dinastias. A centralidade do monarca afirma a idéia do território ligado ao Estado. As nações são construções políticas e culturais mais ou menos recentes, isto é, envolvem todo um aparato material e simbólico para dominação de certo espaço. “A especificidade histórica da espacialidade do nacionalismo se expressa na noção de pátria” (Moraes, 2005, p.58). O território/pátria tem algumas funções importantes, como ocorre na formação da identidade nacional e na delimitação/compartimentação do espaço terrestre. A própria geografia foi utilizada, muitas vezes, como discurso estatal e de grupo dominante, justificando o controle de certo espaço. “A formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais” (Idem, p.59).

Enfim, ao descrever e analisar a história da geografia moderna, com discurso legitimado e instituído socialmente, Antonio Carlos Robert Moraes revela elementos centrais de sua concepção de geografias, ou seja, uma concepção histórico-crítica e relacional, pautada num hibridismo material-simbólico para compreender a valorização do espaço e a formação dos territórios. O território ora é entendido como Estado-nação, ora como processo histórico de formação de um lugar; a ênfase é para os processos econômicos e políticos a partir da concepção de apropriação e produção do espaço geográfico.

## REFERÊNCIAS:

MORAES, Antonio C. R. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.